

Dia Internacional da Mulher

Escrito por Magno de Aguiar Maranhao
Qua, 09 de Março de 2005 21:00

O fato de que todos os grupos sociais devem ser representados de maneira equânime no governo de seus países, ter as mesmas chances de acesso à educação e ao trabalho, e as mesmas chances de ascensão, parece óbvio em qualquer sociedade que se pretenda justa e democrática. Contudo, estamos despendendo séculos para absorver o princípio da igualdade entre homens e mulheres. Mesmo em nações pretensamente defensoras da democracia e dos direitos humanos, o sexo feminino sua para se fazer respeitar e garantir oportunidades de mobilidade social, independente de seu parceiro (ou de ter um). O Brasil não é exceção. Embora nos orgulhemos do alto percentual de representantes do sexo dito frágil nas escolas e na população economicamente ativa, as mulheres ainda precisam batalhar arduamente para atingir sua auto-realização pessoal e profissional e brigar por políticas públicas que contemplem as especificidades de sua condição.

É um bom exercício, neste Dia Internacional da Mulher, tentarmos calcular quantos bons cérebros desprezamos por centenas de anos, por estarem dentro de um corpo feminino, ou que rumos teria tomado a História caso a mulher tivesse contribuído ativamente na política, economia, artes, pesquisa científica etc. Infelizmente, o grito feminino contra sua condição de "sombra" só foi ouvido no limiar dos séculos XIX e XX. Mas o ideal de igualdade das primeiras feministas não foi atingido: mulheres são 60% de 880 milhões de analfabetos do planeta e maioria entre 113 milhões de crianças que não estudam, sendo que, em países da África e Ásia, estão sujeitas a toda sorte de abusos graças a tradições familiares e crenças religiosas. Submissas e sub-escolarizadas, perpetuam um círculo vicioso de ignorância e preconceitos. Ironicamente, são elas que mais peso têm na redução de vários indicadores de subdesenvolvimento: saúde precária da população, alta taxa de fecundidade, mortalidade infantil, escolaridade dos filhos, analfabetismo.

Vejamos o caso brasileiro: segundo o censo 2000 do IBGE, 13,29% das crianças entre sete e 14 anos filhas de mulheres com até um ano de instrução não freqüentam a escola. Se a escolaridade da mãe sobe para quatro anos, a taxa cai para 4,45%. A mortalidade infantil era, em 2000, 40,2 por mil bebês com menos de um ano, cujas mães tinham até três anos de estudo, e caía para 16,7 por mil entre aqueles cujas mães estudaram mais de oito anos. Enquanto entre mulheres com menos de um ano de estudo a taxa fecundidade era de 4,1 filhos, entre as que tinham 11 anos e mais de estudo era abaixo de 1,5.

Há razões para esperar a melhoria desses indicadores: se as mulheres são 51% da população, também chegaram à maioria no sistema educacional. Se da 1a à 4a série do ensino fundamental 52% são meninos, no segundo ciclo as meninas os superam em 150 mil, e, no ensino médio, em 725 mil. No ensino superior, elas são 56% e, na pós-graduação, 52% (censo 2000). Além disso, são 42,7% da População Economicamente Ativa. Infelizmente, é aí que os problemas (re)começam. A remuneração das mulheres corresponde a 69,6% da dos homens (por trabalho igual). Os grupos de atividade com a maior participação feminina são Serviços Domésticos (93,5%) e Educação, Saúde e Serviços Sociais (77,4%). Elas também representam 69,0% dos que trabalham para o próprio consumo e 54,7% dos não-remunerados.

Entre as que galgam postos melhores, a discriminação prossegue. A pesquisa "Mulheres na Empresa", da Fundação Dom Cabral (Belo Horizonte), baseada em dados das 500 maiores

Dia Internacional da Mulher

Escrito por Magno de Aguiar Maranhao
Qua, 09 de Março de 2005 21:00

empresas do país (ranking da revista Exame), revela que apenas em 2% há mulheres na presidência. A pesquisa "Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas" (Instituto Ethos, 2003) diz que apenas 9% das mulheres nas empresas ocupam cargos de direção, sendo 18% entre gerentes e 28% entre supervisores. A situação não muda na administração federal: mulheres são 45,4% dos 459.403 servidores, 47% entre os que ocupam o nível mais baixo dos cargos de direção e assessoramento superior (DAS) e somente 17,5% dos que ocupam o DAS-6 (o mais alto). Na esfera política, foram estabelecidas cotas para elas nas eleições: 20%, em 1996, para vereadores; 25%, em 1998, para deputados estaduais e federais; 30%, em 2000, para todos os cargos proporcionais. Os resultados decepcionaram. Segundo pesquisa do Centro Feminista de Estudo e Assessoria, nas eleições de 2004 as mulheres foram 22,14% entre 343.027 candidatos (mais 3% que na eleição anterior).

A preocupação com a ausência das mulheres no governo não é exclusiva do mundo subdesenvolvido. Está presente nos países da Europa, que conseguiram, nos anos 90, aumentar a participação feminina de 11% para 23%. Por falta de interesse ou tradição, mulheres são minoria nos processos decisórios do planeta, mesmo gabaritadas para tal.

No Brasil, além desse, há problemas mais espinhosos. As brasileiras submetem-se à discriminação no trabalho por absoluta falta de opção, já que o drama do desemprego (e o aumento da informalidade) engoliu ambos os sexos, como uma tsunami. O governo já instituiu diretrizes para um plano nacional de políticas para as mulheres a fim de reduzir a desigualdade de gêneros. Cabe, no entanto, educar os brasileiros para que combatam os preconceitos que ainda relegam o sexo feminino à posição de agregado, embora esteja claro que na sua ascensão está a chave para uma sociedade um pouco mais justa e equilibrada que aquela que conseguimos construir.